

## Semana decisiva para as CPLs

Dirigentes podem ser eleitos em reunião marcada para hoje

Partidos entregam pedido para examinar também o "mensalão"

Investigação não impede a agenda positiva, afirma Renan

Páginas 3 a 6

Gerardo Magela



**MOBILIZAÇÃO** Ao lado de João Paulo, Renan participa do evento Brasil Sem Armas, que considerou um "exemplo a ser seguido"

DESARMAMENTO

### A luta pelo referendo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que está fazendo o possível para que se vote até a próxima semana, na Câmara dos Deputados, o projeto de decreto legislativo que estabelece a convocação de um referendo sobre a proibição de venda de armas no país. Ao participar de evento em São Paulo, ele pediu à sociedade que se mantenha mobilizada contra a violência.

Página 6

**"A violência já se transformou em uma epidemia, e como epidemia tem de ser enfrentada"**

– Renan Calheiros, presidente do Senado

### Partidos podem perder contribuição obrigatória

Proposta que muda Lei Orgânica dos Partidos está na pauta da CCJ amanhã

**P**rojeto que veda aos partidos políticos a cobrança de contribuição obrigatória de filiados que ocupem cargos públicos está na pauta da Comissão de Justiça do Senado. O colegiado se reúne amanhã para examinar várias outras propostas, entre as quais mudanças no Código de Processo Penal.

Página 3

### "Ministros do PT deveriam colocar cargos à disposição"

O senador Tião Viana propôs ontem que os ministros filiados ao PT coloquem seus cargos à disposição do presidente da República. "Só assim o presidente Lula poderia fazer uma reforma ministerial com serenidade", acrescentou Viana. Ele observou que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, estaria fora dessa mudança, por ser "um nome inatingível", tendo a confiança inclusive da oposição. O senador fez uma retrospectiva da história do PT.

Página 5

**PROPOSTA** Tião Viana sugere que cargos de confiança sejam ocupados por servidores efetivos de carreira



Roosevelt Pinheiro



**FIRMEZA** Sarney narra embates do homenageado com militares e o descreve como "fortaleza moral"

## José Sarney lembra Adauto Lúcio Cardoso

O senador José Sarney (PMDB-AP) lembrou ontem o centenário de nascimento de Adauto Lúcio Cardoso, ocorrido em dezembro passado. Presidente da Câmara dos Deputados em 1966 e ministro do Supremo Tribunal Federal entre 1967 e 1971, o homenageado foi descrito como "uma fortaleza moral", além de "um dos homens mais brilhantes" que o parlamentar já conheceu.

Sarney recordou que Adauto, falecido em 1974, apoiou o golpe militar de 1964, mas não hesitou em desafiar os arbítrios do regime. Antes do golpe, inclusive, teria exigido a prisão dos três ministros militares que tentaram impedir a posse de João Goulart em 1961, mesmo sendo seu opositor.

– E quando Castelo Branco o indicou para presidente da Câmara, ele aceitou o cargo com o compromisso de que não haveria cassações. Quando estas aconteceram, ele renunciou.

Em 1971, disse ainda Sarney, Adauto Lúcio Cardoso voltaria a renunciar, desta vez ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. Assim teria agido em protesto contra a decisão daquele órgão a favor do decreto-lei que instituiu a censura prévia a livros e periódicos.

# Agenda

## Romero Jucá fala a senadores em audiência

Os parlamentares da Subcomissão de Assuntos Municipais têm audiência com o ministro da Previdência, Romero Jucá, às 12h. Eles entregam um documento sobre a situação previdenciária dos

municípios, que reivindicam a renegociação de suas dívidas junto ao órgão gestor federal. O colegiado, que funciona no âmbito da CAE, é presidido pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

## Último dia para decisão sobre MP

Em discussão no Plenário, a partir das 14h, projeto (PLV 10/05) originado da MP 233/04 que institui a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), responsável pela fiscalização dos fundos de pensão. Além disso, a proposta cria cargos na Advocacia Geral da União e nos ministérios

do Esporte, da Defesa e da Ciência e Tecnologia, e muda o nome do Instituto Nacional do Semi-Árido (Insa) para Instituto Nacional do Semi-Árido Celso Furtado (Insa-CF). A proposta perde a validade hoje. Se não for votada, o Congresso deve instalar uma comissão para definir o que deve ser feito.



## CPI dos Correios vota nomes para Mesa

Às 10h, está prevista uma nova reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) dos Correios, para que sejam definidos o presidente e o relator da CPI. Na semana passada, um impasse entre

oposição e governo impediu a eleição da Mesa. Às 11h30, a Comissão Especial de Rondônia vai ouvir alguns dos deputados estaduais acusados de pedirem propina ao governador Ivo Cassol.

## Uso de recursos do FAT para ensino superior em análise

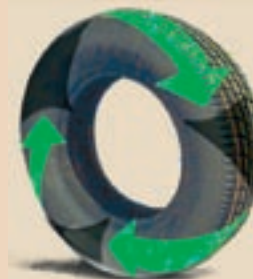
Em discussão na Comissão de Educação, às 11h, projeto que destina recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) ao pagamento de anuidades de

cursos superiores (PLS 60/05), além de dois projetos em tramitação conjunta que reservam vagas em concursos públicos para os índios (PLSs 155 e 136/00).

## Importação de pneus remoldados

As comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e de Fiscalização e Controle (CMA) promovem audiência conjunta, às 10h, para discutir a contrapartida ambiental pela colocação de pneus remoldados no mercado

interno. Entre os convidados, estão o governador do Paraná, Roberto Requião, o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, Cláudio Langone, além de representantes do Ibama, da Petrobras e da Associação de Fabricantes de Pneus.



## Joaquim Levy presta contas

Às 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) discute atas de reuniões anteriores, mensagens e avisos. Amanhã, às 15h, está prevista a realização de audiência pública na CMO, com a presença do secretário do Tesouro Nacional, Joaquim Levy. Ele avalia o cumprimento das metas de desempenho fiscal pelo país.

## Ligações telefônicas locais

Na reunião da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), às 14h30, os senadores analisam, entre outros projetos, iniciativa de lei estabelecendo que as ligações telefônicas entre pontos de regiões metropolitanas criadas pelos estados, e entre áreas geográficas de domínio de um mesmo município, devem ser consideradas locais (PLS 168/02).

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)



**DIMENSÃO** Jereissati observa que empresas do setor respondem por mais de 600 mil empregos diretos

## Serviços de segurança serão regulados por lei

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) deve examinar, ainda neste semestre, projeto de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que estabelece normas para a criação e o funcionamento de empresas privadas que exploram serviços de segurança e de vigilância, bem como para o controle, a fiscalização e a forma de execução de suas atividades.

Na prática, o PLS 168/05 cria um marco regulatório para o setor, que, conforme Jereissati, é responsável por mais de 600 mil empregos diretos em todo o país – número superior ao efetivo policial-militar das unidades da Federação.



**GANHOS** Suassuna diz que obras vão gerar impactos positivos para o turismo e a economia regional

## Suassuna festeja duplicação da 101 no Nordeste

A liberação para que sejam licitados cinco lotes da duplicação da rodovia federal BR-101, na região Nordeste, foi comemorada pelo senador Ney Suassuna (PMDB-PB). As obras vão beneficiar trechos que cortam os estados da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Na avaliação do parlamentar, os serviços vão representar um grande incentivo ao turismo e à economia regional.

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu a Ney Suassuna que utilizasse seu "prestígio" para incluir os trechos que cortam a Bahia nas obras de duplicação da rodovia.

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana  
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros  
**1º Secretário:** Efraim Moraes  
**2º Secretário:** João Alberto Souza  
**3º Secretário:** Paulo Octávio  
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos  
**Suplentes de Secretário:** Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 311-1670  
**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## Comissão vota fim de contribuição obrigatória

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deve votar amanhã projeto do senador José Jorge (PFL-PE) que veda aos partidos políticos cobrar contribuição obrigatória de filiados ocupantes de cargos na administração pública. A proposta acrescenta ao artigo 31 da Lei Orgânica dos Partidos Políticos parágrafo único para vedar a cobrança.

José Jorge afirma, na justificativa da proposta (PLS 384/03), que a cobrança de contribuição constitui abuso por parte do partido que nomeia servidores não por critérios técnicos, mas sim políticos, que englobem a intenção de aumentar as finanças da agremiação.

– A postura adotada pelo PT no que tange à nomeação de militantes, simpatizantes ou aliados para cargos comissionados do serviço público atinge proporções de escândalo, resultando em arrecadação adicional, segundo cálculos da imprensa, de aproximadamente R\$ 30 milhões por ano – destaca José Jorge.

Já o relator, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), afirma que, embora não concorde com o entendimento de que toda obrigatoriedade tenha caráter autoritário, o caso específico “guarda, sim, segundo toda a experiência, semelhanças importantes com fenômenos agudos de autoritarismo”.

### Código Penal

A CCJ deve votar também, na mesma reunião, substitutivo do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) a projeto do senador Demostenes Torres (PFL-GO) que altera dispositivos do Código de Processo Penal para agravar penas, condicionar a liberdade provisória ao pagamento de fiança e, após sentença condenatória recorrível, ao ressarcimento do dano, e para exigir o cumprimento mínimo de metade da pena para obtenção de benefícios penais (PLS 439/03).

A comissão examina ainda substitutivo de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ao PLS 76/03, do próprio senador, que estabelece normas para as eleições. Pela proposição, a proibição legal à chamada “compra de votos” passa a valer “desde a convenção partidária” e não mais a partir do registro da candidatura.



A segunda reunião da comissão criada para investigar denúncias de corrupção nos Correios está marcada para as 10h de hoje. Na condição de membro mais velho, Jefferson Péres deve presidir os trabalhos



**IMPASSE** Falta de acordo entre integrantes da CPI dos Correios, na primeira reunião, adiou decisão para esta semana

## Presidente e vice da CPI podem ser definidos hoje

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) dos Correios deve eleger hoje, às 10 h, o presidente e o vice-presidente do colegiado. A comissão foi criada para investigar denúncias de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e suas conseqüências.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), a exemplo do que ocorreu na semana passada, deve presidir a segunda reunião do colegiado, na condição de membro mais velho, como determina o Regimento Comum, segundo informou o secretário-geral da Mesa do

Senado, Raimundo Carreiro. Ele acrescentou ainda que a comissão de inquérito terá de concluir as investigações até o dia 21 de fevereiro de 2006.

Ainda não há consenso entre as lideranças em relação à indicação dos nomes para a presidência e vice-presidência da comissão e nem quanto ao nome do relator, que, apesar de ser escolhido pelo presidente, normalmente é fruto de negociação anterior entre os partidos. O líder do PP na Câmara, deputado José Janene (PR), disse que, se não houver acordo, a questão deverá ser

decidida pelo voto.

– A Casa é de negociação. Se a presidência e a vice forem fruto de negociação, apoiamos. Se não, vamos determinar pelo voto – afirmou Janene.

O deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) deverá prestar depoimento hoje ao Conselho de Ética da Câmara, às 14h30, sobre as denúncias que fez de que o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT), Delúbio Soares, estaria pagando propina mensal, no valor de R\$ 30 mil cada, a deputados do PP e do PL, em troca de apoio a projetos do governo.

## Garibaldi: sociedade quer o fim da corrupção

Depois de ter viajado ao Rio Grande do Norte no fim de semana, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) disse que ouviu dois recados do povo: que os deputados e senadores “sejam implacáveis” com os acusados de corrupção e que o Congresso “resolva de uma vez por todas o problema da corrupção” no país. Ele notou “uma grande ansiedade” da população com os rumos da comissão parlamentar mista de inquérito que investiga denúncias nos Correios.

– O problema pode ser resolvido com uma reforma política e uma reforma do Estado, inclusive com a redução do número de ministérios. A reforma política ajudará porque pode acabar com o troca-troca



**ALTERNATIVA** Garibaldi defende reformas política e do Estado como forma de combater o problema

de partido e pode instituir o financiamento público de campanhas – manifestou.

Garibaldi lembrou que parte da reforma política já foi aprovada no Senado, mas os projetos estão parados na Câmara.

– Havia urgência na votação,

## Parlamentares querem investigar “mensalão”

Os líderes do PDT, PPS e PV da Câmara e do Senado devem entregar hoje ao presidente do Senado, Renan Calheiros, requerimento de criação de comissão parlamentar mista de inquérito para investigar as denúncias de pagamento do “mensalão” a deputados federais da base do governo. A assessoria do deputado Raul Jungmann (PPS-PE), que liderou a coleta de assinaturas para o requerimento, informou que, no final da tarde de ontem, 39 senadores e 230 deputados já haviam assinado o documento.



**CRÍTICA** De acordo com Mão Santa, “a corrupção vem sendo alimentada pelo partido que está no poder”

## “Falta comando ao governo”, diz Mão Santa

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou “a vergonha da corrupção, que vem sendo alimentada pelo partido que está no governo”. Ele defendeu a CPI dos Correios, argumentando que o Congresso precisa “ouvir a voz rouca que vem das ruas”.

– Não há democracia sem parlamento, e o parlamento é a voz do povo – declarou.

Citando dom Mauro Morelli, Mão Santa alertou para o fato de que “a corrupção pode levar o povo a um alto grau de ceticismo – e de cinismo –, o que pode resultar em mais violência”.

O senador também ressaltou que “falta unidade de comando” ao governo federal. Para ele, quem “está comandando é José Dirceu, o maligno”.



Simon pede harmonia entre presidente e relator da CPI; Ideli enfatiza luta do governo contra malversação de recursos; Virgílio considera "bombásticas" novas denúncias; Sibá defende apuração de tudo; Alvaro diz que PSDB não cogita *impeachment*

## Simon quer o comando da CPI "isento de paixão"

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) dirigiu, ontem, apelo aos líderes dos partidos para que não sejam repetidos os erros da CPI do Banestado, quando o presidente, do PSDB, e o relator, do PT, não se entenderam, e, por isso, não foi apresentado relatório ao final dos trabalhos. Para Simon, é fundamental que o presidente e o relator da CPI dos Correios estejam "isentos de paixão".

– É preciso entender que, numa CPI, ainda que esteja representando um partido, o cidadão é uma espécie de juiz. Uma comissão de inquérito é um tribunal de Justiça – observou, acrescentando que é preciso cuidado para que a CPI não se transforme em "conflito para esconder a verdade".

Simon disse ver como mui-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**ALERTA** Pedro Simon afirma que desentendimentos prejudicaram trabalhos da CPI do Banestado

to importantes os próximos passos do presidente Lula. Segundo ele, Lula não deve esperar os resultados da CPI para agir, assim como não deve aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o

presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, acusado de remessa ilegal de recursos e crime eleitoral, e sobre o ministro da Previdência, Romero Jucá, suspeito de prática de irregularidades na aplicação de empréstimo do Banco da Amazônia (Basa). Ambos, na opinião de Simon, deveriam deixar seus cargos durante as investigações.

– Seria importante que o presidente da República desse rumo novo a seu governo. Não se governa com amigos, mas com a consciência da busca pelo bem comum. O que está em jogo é sua moral, sua história, sua biografia, que o mundo inteiro admira – alertou Simon, que foi apartado por José Sarney (PMDB-AP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM).

## Arthur Virgílio defende a indicação de César Borges

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), disse que seu partido considera legítima a indicação de César Borges (PFL-BA) para representar a oposição na CPI que vai investigar denúncia de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Ele declarou que o seu partido mantém "firmeza absoluta em preservar a unidade oposicionista" e, embora tenha reafirmado a disposição

do PSDB de dialogar, se manterá sempre ao lado das decisões do PFL.

Virgílio considerou "bombásticas" as últimas declarações do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), por considerar que elas fornecem um roteiro a ser seguido pelas investigações. Para o senador, o deputado puxa a crise para o Planalto, ao citar vários ministros, uma sala para receber dirigentes



**DETERMINAÇÃO** Arthur Virgílio reitera disposição do PSDB de preservar a unidade oposicionista

do Partido dos Trabalhadores e uma mala de dinheiro para "comprar deputados".

## Sibá: reforma não é para dar cargo a ninguém

Sibá Machado (PT-AC) disse que a atenção do país está voltada para o depoimento que o presidente do PTB, Roberto Jefferson (RJ), prestará hoje ao Conselho de Ética da Câmara. O deputado denunciou à imprensa o pagamento de propina, pelo PT, a parlamentares do PP e do PL.



**POSTURA** Sibá Machado declara que Lula não agirá sob pressão numa possível reforma ministerial

O senador manifestou seu propósito de participar da CPI que vai investigar denúncias de corrupção nos Correios,

cujos presidente e relator também deverão ser escolhidos nesta terça. "Quero acompanhar as investigações da CPI e dar a minha contribuição", assinalou.

Referindo-se a uma possível reforma ministerial que, segundo a imprensa, o governo poderá realizar em curto prazo, Sibá afirmou que o presidente Lula não pode agir sob pressão. Segundo ele, a reforma ministerial não será feita para colocar "A" e "B" nesse ou naquele cargo".



**INSATISFAÇÃO** Para Ideli, alguns setores da elite não se conformam com um metalúrgico na Presidência

## Ideli destaca as ações do governo contra corrupção

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou ontem, em Plenário, que há setores da elite que não se conformam com a eleição de um metalúrgico para a Presidência da República e com um partido que aglutinou a sociedade civil no combate à malversação de recursos públi-

cos e à injustiça social.

Ideli citou entrevista de Wanderley Guilherme dos Santos à revista *Carta Capital*, em que ele se refere ao clima de golpe e de "criação de crise", lembrando que a palavra "crise" está no vocabulário diário da política desde janeiro de 2003.

A senadora destacou afirmação de Lula, no programa de rádio *Café com o presidente*, no sentido de que "quanto mais se combate a corrupção, mais ela aparece na imprensa". Segundo a parlamentar, Lula declarou que seu governo está combatendo a corrupção "como jamais foi combatida no país".

Ideli perguntou quantas quadrilhas foram desbaratadas e quantos agentes públicos foram presos no governo do PSDB e do PFL. Acrescentou que quando uma investigação, no atual governo, leva a alguém do PT, "manda-se para a cadeia do mesmo jeito".

## Eleitor é quem vai decidir o destino de Lula, diz Alvaro

Alvaro Dias (PR) afirmou que seu partido, o PSDB, nunca cogitou a hipótese de defender o *impeachment* do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Para o senador, a população é quem deve decidir, nas próximas eleições, sobre a continuidade ou não do governo Lula, até porque, frisou, as eleições acontecerão bem antes do desfecho de um hipotético processo de impedimento do presidente.

Na sua opinião, o país não estaria vivendo um momento dramático se o presidente da República demonstrasse capacidade de governar. O senador acredita que Lula esqueceu os compromissos de campanha, não cumpriu as promessas e "rasgou a bandeira da ética". Alvaro lembrou que, no caso das denúncias contra Waldomiro Diniz, o presidente não tomou as providências necessárias para investigar e acabar com a "relação de promiscuidade entre o Executivo e o Legislativo".

O parlamentar acusou o presidente da República de ser complacente com a corrupção



**DECISÃO** Alvaro Dias solicita ao presidente do Senado indicação dos membros da CPI do caso Waldomiro

e de partidizar a máquina pública, e cobrou dele coerência em relação à CPI dos Correios. "O discurso de Lula são palavras soltas ao vento. Como Lula quer investigar manipulando a CPI? Ou Lula está sendo desobedecido pela base aliada ou está faltando com a verdade. O que se deseja, mais uma vez, é a impunidade", ponderou.

Alvaro Dias apresentou, ontem, requerimento solicitando ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a indicação dos membros da CPI destinada a investigar a relação do ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz com o empresário de jogos Carlos Cachoeira. De acordo com o senador paranaense, a indicação dos integrantes da comissão está pendente desde o último 27 de abril.



Tião Viana propõe que ministros petistas, à exceção de Antonio Palocci, coloquem os cargos à disposição do presidente Lula. Opositoristas defendem divisão de poder no comando da CPI dos Correios e cobram demissão de envolvidos em denúncias

## Demostenes cobra de Lula "coragem para jogar fora uma banda podre"

Demostenes Torres (PFL-GO) pediu que o presidente Lula tenha a "coragem de jogar fora uma banda podre" do seu governo. Segundo o senador, essa banda "já não é mais exceção, mas toma todos os passos" da administração. Demostenes apoiou a recomendação do senador petista Tião Viana

(AC) ao presidente, para que os ministros do PT coloquem seus cargos à disposição.

– Ninguém aqui veio à tribuna dizer que o presidente rouba, mas fica a cada dia mais evidente que ele tolera os ladrazos até mesmo à sua porta.

Demostenes disse que, ao invés de determinar investi-

gações profundas, o governo "agora quer desqualificar" quem o denuncia, como faz com o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ).

– Roberto Jefferson agora é tachado de doido. Ele é o mesmo que merecia, há duas semanas, um cheque em branco do presidente Lula.

Para Demostenes, não resta ao governo outra providência "senão extirpar as carnes condenadas".

– O presidente Lula tem a obrigação de coagir o PT a afastar da sua direção o trio camarilha composto de Sílvio Pereira, de Marcelo Sereno e do professor Delúbio PC Soares.



**PROVIDÊNCIA** "O presidente Lula tem a obrigação de coagir o PT a afastar o trio camarilha"



**DENÚNCIA** "José Dirceu não pode dormir esta noite como ministro num governo que se diz íntegro"

## José Jorge pede que José Dirceu deixe o governo

O líder da Minoria no Senado, José Jorge (PFL-PE), pediu ontem que o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, deixe o seu cargo. O senador comentou a nova entrevista do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) à *Folha de S. Paulo*, publicada no domingo, dando mais detalhes sobre o "mensalão".

– José Dirceu não pode dormir esta noite como ministro de Estado num governo que se diz íntegro – disse José Jorge.

Na entrevista, Roberto Jefferson afirmou que o dinheiro usado no "mensalão" provinha das estatais e era distribuído por pessoas ligadas a Delúbio Soares, tesoureiro do PT. Ele também reafirmou que José Dirceu sabia de tudo e que o ministro-chefe da Casa Civil, além de membros da cúpula do partido estariam presentes nas reuniões em que eram distribuídos cargos públicos.

José Jorge protestou contra a tentativa do governo de indicar tanto o presidente quanto o relator da CPI dos Correios.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) disse que as acusações ao governo são mais graves que as que resultaram no *impeachment* de Fernando Collor.

# Viana sugere que ministros do PT entreguem os cargos

Ao fazer uma retrospectiva da história do Partido dos Trabalhadores (PT), e em virtude de denúncias de corrupção envolvendo diversos setores do governo, o senador Tião Viana (PT-AC) propôs ontem que os ministros filiados ao PT coloquem seus cargos à disposição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O senador enfatizou, no entanto, que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, estaria fora dessa mudança, por ser "um nome inatingível", tendo a confiança, inclusive, da oposição.

– Só assim o presidente Lula pode fazer uma reforma ministerial com serenidade. Este seria um grande passo para preservar a história e a coerência do PT – disse o parlamentar,



**EXPECTATIVA** "Este seria um grande passo para preservar a história e a coerência do PT", afirma Tião Viana

ressaltando que sua sugestão reflete uma postura estritamente pessoal.

O senador pelo Acre sugeriu ainda que todos os cargos de confiança na administração

pública sejam ocupados por servidores efetivos de carreira, nomeados após aprovação em concurso público. Ele defendeu que também coloquem seus cargos à disposição dos ocupantes por indicação de seu partido. Tião Viana informou já ter apresentado uma emenda constitucional propondo a extinção de cargos em comissão.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) discordou da posição do representante acreano e disse confiar nas decisões do próprio presidente Lula.

Por sua vez, o senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) elogiou a postura racional de Tião Viana em relação ao seu partido, afirmando que "lealdade exige racionalidade".

## Heráclito insiste na divisão de comando da CPI

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) criticou ontem a base do governo por querer indicar o representante das oposições para a presidência ou relatoria na comissão parlamentar de inquérito que vai apurar as denúncias de corrupção nos Correios. Para o senador, essa atitude demonstra o veio autoritário do PT. Ao citar várias CPIs onde houve alternância nos cargos entre oposição e governo, o parlamentar disse que nem na época mais dura do regime militar os fatos se processavam desta forma.

Querer comandar a estrutura básica da CPI revela também, para o senador do PFL, que a intenção do governo é não dar continuidade às investigações.



**AValiação** Segundo Heráclito, tentativa de controle da CPI revela o desejo de não investigar

Heráclito afirmou que os parlamentares devem tomar todo o cuidado para não deixar que a CPI dos Correios caia "na mesma esparrela da CPI do Banestado". Ao fazer a defesa do senador César Borges (PFL-BA), indica-

do pela oposição para presidir a CPI, Heráclito assinalou que o argumento do governo de que o senador não tem experiência "é de fazer rir".

– É uma brincadeira, uma piada – protestou.

O senador ressaltou que esta crise é do Executivo, apesar de suas conseqüências estarem atingindo o Legislativo. Ele destacou que o agente da corrupção foi o Executivo, "daí por que todo este temor de se apurarem fatos".

Heráclito Fortes considerou positivo o fato de o país estar acompanhando os acontecimentos ao vivo pela TV Senado e disse acreditar que a população saberá identificar "os farsantes".

## ACM: Petrobras financia forró para petistas

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) mencionou reportagem do *Correio da Bahia*, veiculada no domingo, denunciando que a Petrobras deverá patrocinar festas juninas na Bahia para favorecer a candidatura de Jacques Wagner, ministro da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, para o governo daquele estado. Do total de R\$ 1,4 milhão, 78% iriam para cidades administradas pelo PT ou por aliados.

Antonio Carlos ainda citou matéria do *Jornal do Brasil*, publicada ontem, segundo a qual o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) teria dito possuir provas de que a concorrência para a execução do projeto de transposição das águas do rio São Francisco poderia estar sendo manipulada para favorecer empresas específicas.

– Essa é a típica obra feita para empreiteiras. A única coisa que será transposta é o dinheiro público – disse o senador.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) sugeriu que Antonio Carlos encaminhe as denúncias à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



**CRÍTICA** ACM diz, a propósito do São Francisco, que "a única coisa que será transposta é o dinheiro público"

## Referendo sobre armas pode sair na próxima semana

Gerardo Magela

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ontem que está fazendo o possível para que se vote até a próxima semana, na Câmara dos Deputados, o projeto de decreto legislativo que convoca referendo sobre a proibição de venda de armas no país. Ele pediu à sociedade que se mantenha mobilizada contra a violência.

– Peço a todos que envolvam sindicatos de todo o Brasil nessa luta, na qual já estão engajadas também as igrejas – afirmou Renan, durante o evento Brasil Sem Armas, em São Paulo, que classificou como um “exemplo a ser seguido” por outras cidades brasileiras ao longo dos próximos meses.

Promovido pelo Sindicato dos Comerciários de São Paulo, com o apoio da Força Sindical, o ato público contou com a presença dos deputados João Paulo Cunha (PT-SP), relator do projeto de decreto legislativo que estabelece a convocação do referendo, e Luiz Antonio Medeiros (PL-SP), além do presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva.

Renan lembrou que 265 mil pessoas morreram por arma de fogo no Brasil entre 1991 e 2002, segundo levantamento feito pelo Núcleo de Estudos sobre a Violência da Universidade de São Paulo (USP), em conjunto com o Ministério da Saúde.

Com o objetivo de alterar esse quadro, recordou, o Congresso já aprovou o Estatuto do Desarmamento. Mas a efetiva proibição da venda de armas depende da realização do referendo. A campanha de desarmamento promovida pelo governo já retirou de circulação 330 mil armas de fogo desde agosto de 2004, informou Renan. E, apenas nos sete primeiros meses de vigência do Estatuto do Desarmamento, caiu em 10,5% o número de internações de vítimas de armas de fogo no Rio de Janeiro.

Renan observou que muitos criminosos matam porque, além de ter à mão uma arma, contam com a impunidade.

– A violência se tornou uma epidemia e, como epidemia, tem de ser enfrentada – disse.

O ato público, realizado no Vale do Anhangabaú, foi encerrado com o lançamento de centenas de balões brancos no céu de São Paulo.



COMBATE Para Renan Calheiros, a violência se tornou uma epidemia e, como epidemia, deve ser enfrentada

# Renan: CPI não impedirá trabalhos do Congresso

■ Senador afirma que investigações podem ocorrer junto com a construção de uma agenda para o país

A apuração de denúncias de irregularidades no governo, por meio de uma ou mais comissões parlamentares de inquérito (CPIs), pode ocorrer paralelamente à construção de uma agenda para a retomada do crescimento do país. Essa foi a mensagem transmitida ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, aos diretores da Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio), durante almoço oferecido pelo presidente da entidade, Abram Szajman, na capital paulista.

– O mínimo que o Congres-

so Nacional pode fazer é dar as respostas que a sociedade está cobrando. Nada substitui a investigação. Mas, paralelamente, podemos retomar a discussão de reformas como a política e a tributária, dentro de uma agenda que é do país.

A primeira reforma citada por Renan foi a tributária, já aprovada pelo Senado e enviada à Câmara. Ele defendeu a unificação das alíquotas do ICMS, com a redução do número de alíquotas, e a garantia de instrumentos para os estados mais pobres disputarem novos investimentos.

Renan sugeriu a realização em duas etapas da reforma política. Na primeira, que valeria já para o pleito de 2006, seriam estabelecidas a fidelidade partidária – por meio da ampliação do prazo de filiação necessário ao candidato às eleições – e as

federações de partidos, para unir agremiações que não obtivessem o mínimo de 5% dos votos nacionais, além da suspensão da verticalização partidária.

No “laboratório” das eleições de 2008, sugeriu, poderiam ser implantadas inovações como o financiamento público de campanhas, o sistema eleitoral misto e a proibição de coligações proporcionais.

Renan disse aos empresários que a atual regulamentação das medidas provisórias pode afastar investimentos, uma vez que permite a alteração de contratos e de tributos por simples MPs. Com isso, recordou, diminui a previsibilidade dos potenciais investidores. Renan defendeu ainda medidas para desburocratizar o país e estimular a inclusão previdenciária.

## "A crise era mais ou menos anunciada"

Apesar de surpreendente, uma vez que “as coisas vão bem na economia”, a crise política por que passa o país era também anunciada, na avaliação de Renan Calheiros. Isso devido, na sua opinião, à coalizão governista não teria sido constituída com base no que classificou de “fundamentos pragmáticos e conceituais”.

– A crise era mais ou menos anunciada, faltava o fato. O governo perdeu o rumo e, em vez de pautar a sociedade e a mídia, está sendo pautado por

elas – afirmou Renan durante o almoço com os dirigentes da Fecomercio.

Pouco antes do encontro, o senador revelou ter feito às lideranças partidárias um apelo a fim de que encontrem uma solução para a indicação do presidente e do relator da comissão parlamentar de inquérito criada para investigar denúncias de irregularidades nos Correios. Caso não se encontre uma solução negociada, advertiu, a escolha do presidente e do relator da CPI dos

Correios terá de ser feita por maioria na comissão.

– O voto, algumas vezes, não é o melhor caminho, como neste caso – ponderou Renan Calheiros ao chegar ao prédio da Fecomercio.

O presidente do Senado assegurou que receberão o mesmo tratamento todos os requerimentos de criação de comissões parlamentares de inquérito que atendam aos requisitos legais e regimentais. Serão criadas “tantas CPIs quantas forem necessárias”, garantiu.

## Comissão ouve depoentes sobre corrupção em RO

A comissão especial externa destinada a analisar denúncias de corrupção envolvendo deputados estaduais de Rondônia deve se reunir hoje, às 10h. A previsão é que ao longo da semana sejam ouvidos 12 depoentes. Na reunião de hoje, devem prestar depoimento os deputados estaduais Edesio Martelli, Ronilton Capixaba, Ellen Ruth, Emílio Paulista e Daniel Nery.

As denúncias de corrupção foram feitas durante o programa *Fantástico*, da Rede Globo. Na reportagem, o governador de Rondônia, Ivo Cassol, denuncia, com provas documentadas em vídeo, tentativas de cobrança de propina por parte dos deputados para aprovar projetos de interesse do Executivo na Assembléia Legislativa do estado.

Os parlamentares haviam sido chamados a comparecer à comissão na semana passada, mas alegaram não ter tido tempo hábil de organizar a viagem. A comissão externa deverá ouvir também o governador Ivo Cassol, autor das denúncias. A reunião hoje acontecerá na sala 6 da Ala Nilo Coelho.

## Senado lança programa Siga Brasil

O Senado fará amanhã, às 14h, o lançamento oficial do programa Siga Brasil. O programa permite a qualquer indivíduo, por meio da Internet, acesso amplo e facilitado a diversas bases de dados sobre planos e orçamentos públicos.

Criado para ser um instrumento de transparência orçamentária, o sistema poderá ser aproveitado tanto no combate à corrupção quanto no aperfeiçoamento da base de conhecimentos sobre os quais as políticas públicas são elaboradas. O programa já está disponível ao público, em caráter experimental, desde o ano passado e reúne dados sobre orçamentos públicos de tal forma que o usuário não precisa sequer conhecer as bases de dados, pois as consultas são feitas por meio de uma única interface amigável.

As informações do programa são elaboradas pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado. Os interessados em participar do evento poderão se informar pelos telefones (61) 311-1588 e 311-1581.

## Paim anuncia marcha de 50 mil em novembro

A realização da Marcha Zumbi+10 no próximo 16 de novembro, em Brasília, foi anunciada ontem por Paulo Paim (PT-RS). De acordo com o senador, a marcha contará com a participação de aproximadamente 50 mil pessoas do país inteiro para apoiar a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial e estimular o debate sobre a regulamentação dos direitos civis da população negra brasileira. Na opinião do parlamentar, a passeata é inspirada na Marcha sobre Washington, realizada por Martin Luther King nos Estados Unidos nos anos 60.

Paim lembrou que, dois dias antes da marcha, no próximo 14 de novembro, será comemorado o Dia dos Lanceiros Negros, combatentes que lutaram na Guerra do Paraguai e na Guerra dos Farrapos. O senador adiantou que o Senado Federal vai entregar o Diploma Lanceiros Negros para figuras e entidades que se destacaram na luta contra a discriminação racial e na defesa dos direitos dos negros.

O parlamentar gaúcho agra-



**IGUALDADE** Paim observa que movimento visa apoiar aprovação do Estatuto da Igualdade Racial

deceu aos senadores Mão Santa (PMDB-PI), Romeu Tuma (PFL-SP) e Marcelo Crivella (PL-RJ) por terem comparecido a uma audiência pública no Rio Grande do Sul na semana passada. Na audiência, segundo Paim, foi discutida a situação do Quilombo Silva, localizado em Porto Alegre, cujos moradores estão ameaçados de despejo. O senador informou que aproximadamente 70 quilombolas residem no local há cerca de 100 anos.

Paim aproveitou para avisar que o governo liberou R\$ 1 bilhão para apoiar a produção de arroz e algodão no país. Ele pediu ainda que o Senado vote logo a PEC Paralela da Previdência, que vai garantir a aposentadoria para as donas-de-casa, entre outras mudanças.



**AVANÇOS** Wirlande registra passagem do Dia Mundial pela Erradicação do Trabalho Infantil

## Wirlande: criança tem de ficar longe do trabalho

O senador Wirlande da Luz (PMDB-RR) registrou ontem a passagem do Dia Mundial pela Erradicação do Trabalho Infantil, comemorado no último domingo, numa promoção da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Wirlande observou que, apesar dos avanços conquistados, reduzir o trabalho infantil constitui-se numa tarefa penosa, já que essa prática tem sido uma constante no país, com componentes econômicos, sociais e culturais.

Ele salientou que o trabalho infantil tem origem também na organização do sistema

produtivo. Segundo dados do Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (Ipec), no final do século 19, 15% dos empregados em indústrias paulistas eram crianças e adolescentes.

– Parte-se do conceito de que a criança voltada para o trabalho não se desviará para a marginalidade. É preciso ter em mente que a infância perdida jamais será recuperada, com graves prejuízos psicológicos.

Entre os progressos feitos no país, Wirlande apontou a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a ratificação das convenções da OIT e a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), no âmbito da Secretaria Nacional de Assistência Social.

O senador informou que seu estado, Roraima, desenvolve o Peti em 15 municípios, conscientizando os pais de cerca de 10 mil crianças de sete a 15 anos a manterem os filhos na escola, longe do trabalho, por meio da concessão de bolsas de R\$ 40. A ação compreende reuniões com as famílias e a inserção dos meninos e meninas em atividades culturais, artísticas e de lazer, bem como o incentivo à leitura.

# Tourinho defende aumento da produção de gás natural

■ Senador adverte que crise política na Bolívia poderá afetar principalmente a região Nordeste

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) advertiu ontem que a crise na Bolívia poderá afetar a economia brasileira, em particular a região Nordeste. Segundo o senador, a Petrobras, historicamente, não investiu na produção de gás natural, por esse não ser uma *commodity* de alto valor no mercado internacional, e priorizou a produção de petróleo, produto mais rentável.

– O gás sempre foi considerado, pela Petrobras, subproduto do petróleo, mas nem sempre é assim – avaliou Tourinho.

O senador criticou a Petrobras por não ter destinado, até o momento, recursos suficientes para incrementar a produ-



Fotos: Roosevelt Pinheiro

**DÍVIDAS** Tourinho diz que contrato com Gasbol levou o Brasil a pagar um preço muito alto pelo gás

ção de gás natural. Para ele, o contrato com a Bolívia levou o país a pagar um alto preço pelo gás e se endividar com o Gasbol (Gasoduto Brasil-Bolívia), com pagamentos antecipados e negociações que incluíam a cláusula *take or pay*, pela qual o país era obrigado a pagar pelo produto, utilizando-o ou não. Tourinho disse que a Petrobras queimou mais de 10 milhões de metros cúbicos de gás por dia, por não ter mercado para

o produto.

– Agora é que se pensa em acelerar o desenvolvimento do campo de Mexilhões, na bacia de Santos, e a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, está empenhada em que o campo entre em operação em 2008, dois anos antes do previsto – afirmou o senador.

Tourinho acredita que o problema mais grave está no Nordeste, pois sua dependência no tocante ao gás natural é “completa”, uma vez que a região já esgotou sua capacidade de produção de energia hidrelétrica. Ele lembrou ainda que, desde 2003, não foi dada nenhuma concessão para construção de novas hidrelétricas no Norte e no Sudeste.

– Se houver uma crise energética, a prioridade de energia será sempre do Sudeste. A solução é o gás natural. Sem ele, vai faltar energia no Nordeste, mesmo que as demais regiões tenham energia suficiente.

## Hélio Costa propõe banco para estimular exportações

O Poder Executivo poderá ser autorizado a criar o Banco Brasileiro de Exportação e Importação S. A., com o objetivo de fomentar o comércio exterior do país. Projeto nesse sentido, de autoria do senador Hélio Costa (PMDB-MG), está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e, depois, será analisado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O PLS 195/05 determina que o banco terá atuação exclusiva na coordenação de mecanismos de financiamento voltados ao

financiamento e capacitação de empresas exportadoras.

Segundo Hélio Costa, a criação do Banco Brasileiro de Exportação e Importação justifica-se pelos resultados que os produtos brasileiros vêm alcançando atualmente no mercado internacional.

Ele destacou que o crescimento das exportações eleva a oferta de emprego para o trabalhador e aumenta a sua renda, o que compensa as dificuldades econômicas internas que o país vem enfrentando.

O projeto proíbe ao banco conceder empréstimos ou fi-



**LIMITES** Hélio Costa destaca que projeto proíbe empréstimos aos governos e a suas autarquias

nanciamentos aos governos federal, estaduais ou municipais e a suas autarquias, empresas públicas ou fundações. A proposta prevê ainda que a instituição instale agências ou escritórios em todo o território nacional, desde que com autorização do Banco Central.

## Saturnino quer limites para diretores do BC

Para evitar influência de instituições financeiras nas decisões do Banco Central (BC), o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) apresentou projeto de lei limitando o número de membros da diretoria do BC que tenham trabalhado em instituições financeiras.

O PLS 160/05 permite que apenas quatro dos nove diretores do Banco Central tenham



**PREVENÇÃO** Saturnino argumenta com casos recentes de dirigentes envolvidos em negociatas

sido sócios ou empregados de instituições financeiras, ou mesmo prestadores regulares de serviços a essas instituições, nos 12 meses anteriores à sua

designação para o BC.

A proposição aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e deverá ser analisada ainda pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Na justificativa do projeto, Roberto Saturnino argumenta que ex-diretores e até um ex-presidente do Banco Central, recentemente condenados por envolvimento em negociatas com instituições privadas durante o exercício de seus cargos, eram egressos de instituições financeiras.

## Exposição celebra 43 anos de criação do estado do Acre

A exposição "Semana do Acre – Estado da Florestania na Amazônia Brasileira" será aberta hoje, às 18h, no Salão Negro do Senado, com a presença do governador Jorge Viana e do vice-presidente da Casa, senador Tião Viana (PT-AC). O evento prossegue até o dia 17, das 9h às 18h, para celebrar os 43 anos de fundação do estado, com a exibição de painéis fotográficos e *shows* musicais, entre outras atrações culturais. A exposição é iniciativa do governo estadual.

O Acre foi elevado da categoria de território à de estado em 1962, pelo então presidente João Goulart. Até o início do século 20, ele pertencia à Bolívia. Mas desde o século anterior, a maioria da população já era formada por brasileiros que não obedeciam à autoridade boliviana. Os conflitos só acabaram com o Tratado de Petrópolis, de 1903, quando a região foi integrada ao Brasil. As negociações tiveram a participação do diplomata José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco.

## Proposta de Sarney transfere terras para o Amapá

Já se encontra na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda votação, projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP) que autoriza a União a doar ao Amapá as terras devolutas sob o seu domínio, localizadas no território do estado. O senador explicou que, com a criação do estado do Amapá, em 1988, não foram transferidos os bens imóveis do antigo território ao novo estado. Por isso, segundo Sarney, menos de 12% das terras do Amapá são de domínio estadual.

Terras devolutas são aquelas que pertencem ao Estado sem que tenham uso público e, por isso, muitas vezes, são ocupadas irregularmente. Se aprovado pela CCJ, onde será votado em decisão terminativa, o projeto (PLS 147/05) segue para análise da Câmara dos Deputados, caso não haja pedido para ser apreciado pelo Plenário do Senado. Se a Câmara aprovar a matéria, sem qualquer alteração, o texto segue para ser sancionado pelo presidente da República.

# Projeto troca dívida por gastos com educação

■ Cristovam Buarque quer converter 20% dos compromissos de estados e municípios em ações educacionais

Para dinamizar as ações governamentais no setor da educação, o senador Cristovam Buarque (PT-DF) apresentou projeto de lei determinando que a União deduza 20% do pagamento mensal da dívida pública dos estados, municípios e Distrito Federal, desde que tais recursos sejam investidos em educação.

Pelo PLS 145/05, os montantes somente poderão ser adicionados aos orçamentos dos estados e municípios caso fique comprovado que os recursos anteriormente gastos com edu-



**AUDITORIA** Pelo texto de Cristovam Buarque, União poderá fiscalizar aplicação de recursos

cação não serão reduzidos nem direcionados para outra finalidade. A União poderá auditar os entes federados para verificar a aplicação efetiva dos recursos.

Os valores arrecadados com o abatimento da dívida poderão ser utilizados para formação ou aumento do salário do professor;

aquisição de material didático, equipamentos e instalações; reforma, manutenção e construção de escolas; alimentação e transporte escolar.

Cristovam argumenta que todos os estados, apesar de sucessivas negociações com a União, têm grandes dificuldades para cumprir, simultaneamente, o pagamento de suas dívidas e a realização dos investimentos e custeio necessários ao sistema público de educação.

O projeto está na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), aguardando designação do relator. Depois de analisado na CAE, segue para a Comissão de Educação (CE), onde receberá decisão terminativa – o que significa que segue direto para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso de senadores.

## Lançado livro sobre senador Dinarte Mariz

O estande do Senado na III Bienal Nacional do Livro de Natal lotou durante o lançamento do livro *Dinarte Mariz – Vida e Luta de um Potiguar*, do diretor-geral da Casa, Agaciel da Silva Maia, na última sexta-feira. Os senadores Efraim Moraes (PFL-PB), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e José Agripino (PFL-RN) compareceram, ao lado de outros políticos, intelectuais, familiares e amigos de Dinarte Mariz. A governadora Vilma de Faria foi representada pelo secretário de Indústria e Comércio, João Maia, irmão de Agaciel. Somente no lançamento, foram vendidos cerca de 300 exemplares.

Durante a solenidade, José Agripino confessou ter seguido dois modelos ao abraçar a vida pública: o do seu pai, Tarcísio Maia, e o de Dinarte Mariz. Já



**MEMÓRIA** Garibaldi exalta livro que conta a vida do ex-senador Dinarte Mariz, de autoria de Agaciel Maia (D), diretor-geral do Senado Federal

Garibaldi Alves, que foi adversário político do ex-senador, disse que a história de Dinarte contada no livro de Agaciel deve servir como itinerário para todos os homens públicos.

Mesmo não tendo nascido

no Rio Grande do Norte, terra de Dinarte Mariz, o paraibano Efraim Moraes também prestigiou o lançamento do livro. Ele classificou o ex-senador como o líder político mais importante da história do estado.

## Pinheiro Machado tem discursos publicados

O Senado fará o lançamento do livro *Discursos do Senador Pinheiro Machado* amanhã, às 18h30, no Salão Nobre da Casa. Organizada pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) e com prefácio do senador José Sarney (PMDB-AP), a publicação apresenta uma coletânea dos pronunciamentos do parlamentar gaúcho, um dos mais influentes da República Velha.

José Gomes Pinheiro Machado nasceu em Cruz Alta (RS), em 1851. Foi advogado, agropecuarista, magistrado e senador por quatro legislaturas. Sua atuação mais intensa no Parlamento ocorreu entre os anos de 1890 e 1915 – ano em que foi assassinado, no Rio de Janeiro.

Aos 15 anos, Pinheiro Machado inscreveu-se, sem a permissão do pai, como voluntário da Guerra do

Paraguai. Mais tarde, cursou a Faculdade de Direito de São Paulo, onde aderiu ao ideal republicano. Eleito senador por indicação de Júlio de Castilhos, chegou ao Rio de Janeiro em 1891. Dois anos depois, voltaria ao Rio Grande do Sul para lutar na Revolução Federalista, onde criou a famosa Divisão do Norte – principal facção responsável pela vitória das forças leais ao governo central.



**ISENÇÃO** Segundo Suplicy, o livro conta a história da agência W/Brasil e da publicidade "sem maquiagem"

## Suplicy pede solidariedade a Fernando Moraes

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento em Plenário pedindo um voto de solidariedade ao jornalista Fernando Moraes, que teve seu livro *Na Toca dos Leões* apreendido por ordem judicial. Ele foi proibido, inclusive, de dar declarações sobre o assunto.

Suplicy lembrou ontem que o pedido de apreensão foi feito à Justiça pelo deputado Ronaldo Caiado, de Goiás, um dos fundadores da União Democrática Ruralista (UDR). O livro conta a história da W/Brasil, uma das maiores agências de propaganda do país, e fala do mundo da publicidade "sem maquiagem", conforme Suplicy. O requerimento será examinado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Assim que apresentou seu requerimento, Suplicy foi contestado pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO), que disse não ter havido censura ao livro.

– O livro apresenta um conteúdo difamatório gravíssimo – assinalou o parlamentar goiano, acrescentando que Caiado simplesmente procurou a Justiça para se defender. Demostenes informou ainda que o escritor, em entrevista ao *Programa Jô Soares*, da TV Globo, afirmou não ter se sentido obrigado a ouvir a versão de Caiado, pois o fato narrado fora confirmado por duas pessoas.

### Combate à pobreza

Suplicy disse ainda ao Plenário que viajaria em seguida para a Alemanha, onde fará palestra sobre seu projeto de renda mínima e cidadania em um seminário sobre combate à pobreza. Antes, ele aplaudiu declaração feita pela manhã pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, segundo a qual o governo investigará a corrupção a fundo e "não deixará pedra sobre pedra".